

A guerra do mandato

Florestan Fernandes

O presidente biônico que nos coube entrou em nossa História pelas portas da tragédia. No entanto, iniciou e conduziu ferozmente a guerra do mandato, o episódio mais cômico de todos os tempos. Um governo que se enfada diante da obrigação de governar e dedica-se a mandar. Um mandato pode ser longo ou curto, mas é sempre finito. O presidente deseja que ele dure elasticamente, prolongando-se além da vontade geral da nação. Por isso, ao contrário de Dom Pedro, que mandou dizer ao povo que ficaria e foi-se para Portugal, não quer largar o Planalto e muito menos o poder de mandar a seu talante. O mandato de um governante, que substituiu outro, que fora eleito precariamente, por um colégio eleitoral forjado para servir uma ditadura, só poderia ser limitado. O presidente exige que ele seja absoluto. Exponente de um poder, o Executivo, o presidente impõe-se como *El Supremo*, o vértice dos três poderes confundidos em uma só pessoa. Homem culto, afável e piedoso, vai à guerra para combater outro poder que, em seu entendimento, ele criou — e, portanto, deve-lhe o ser e o não-ser. A Assembléia Nacional Constituinte é, assim, concebida como ancila do rei; escrava do poder determinante e soberano daquele que pode mandar, por designio de Deus e da História. O Destino o colocou lá, para salvar a nação e mandar sobre ela e a felicidade perene de todos. O Brasil é um novo Maranhão e retrata suas raízes e seus encantos bucólicos, singelos e fantásticos.

Nada como escolher bem. O ungido do colégio eleitoral, que a fatalidade instalou no lugar certo, estava talhado para as tarefas que a conspiração de chefes militares e líderes civis conservadores injetou no mandato único e peculiar. A transição lenta, gradual e segura enroscava-se nesse mandato, como uma serpente. Não se pode separar a primeira do segundo. A *una voce* o dizem com sobriedade e elegância o ministro da guerra, a autoridade que deve ser arrolada em primeiro lugar porque a transição lenta, gradual e segura era uma invenção dos militares "civilizados", uma fórmula suave para descrever sem rancor que a "nova" República deveria cumprir as funções de um Estado de segurança nacional, e os demais fâmulos do rei, que mandata enquanto eles governam. O consultor-geral da República, a consciência má e satânica do grão-senhor, incita-o a defender com unhas e dentes esse engenhoso Estado de segurança nacional, para melhor dar vazão à disposição de mandar. Por sua vez, o malicioso e elegante ministro da Justiça está menos preocupado com isso do que com o enfado do seu amo. Aconselha-o a resguardar o seu mandato cautelosamente, para que ele possa durar, ser absoluto e proporcionar-lhe delírios imperiais. O ministro das Comunicações, pela natureza de suas atribuições e por temperamento, não se verga sob meias palavras. É o cruzado do governante que sonha em mandar; em sua cruzada, o ministro é o campeão do Estado de segurança nacional, construído sobre uma democracia forte e restrita. Se há um obstáculo, ele é algo tão insignificante quanto a ANC, nascida da cabeça e da célebre caneta do presidente. A coisa mais urgente é suprimi-la ou domesticá-la, ensinando-lhe as regras essenciais do jogo, no qual governar e mandar são entidades distintas e contraditórias. Urge fragmentar a primeira para dar vitalidade à segunda, condição do aperfeiçoamento

daquele que não governa, mas mandata, como o rei-deus dos antigos egípcios.

Ninguém conta quem é o José dessa história, aquele que não mandata mas governa. Pelo jeito são muitos, todos empenhados em fazer as vezes do que mandata mas não governa, por ironia o único José verdadeiro. Esses Josés, com seus vários nomes e sobrenomes, já estão fartos de ANC e, na ânsia de governar livremente, conspiram contra o processo constituinte, uma promessa para o povo, mas uma praga para eles. Onde se viu isso? Acabar com a transição lenta, gradual e segura e impedir a edificação completa de um Estado de segurança nacional?!... Uma pouca-vergonha! Açulam o presidente para zerar tudo e, a partir das constituições e leis em vigor, não recair nos erros que cometeu. Empurram-no a mandar de verdade, em tempo integral, convertendo-se eles mesmos nas molas reais do governo, mestres na arte de governar. Só que precisam avançar com cuidado. O presidente é cioso de suas prerrogativas. Enquanto mandata, cuida das aparências e passa a imagem pomposa de quem governa. O fâmulos que não respeita essa norma (com as exceções conhecidas dos ministros militares e dos amigos do peito) é expulso da equipe, fritinho da silva. Daí vem o caos, mas ele é o caldo de cultura do mandato acima de tudo... O ideal comum é claro. Interromper o processo constituinte para erigir um sólido Estado de segurança nacional, com todo o requinte e racionalidade das fórmulas consagradas pelos peritos no assunto. Pluralismo democrático e participação popular são heresias em um país como o Brasil, que "ainda precisa" aprender o ABC da civilização e da democracia. O bom, mesmo, é prolongar indefinidamente a transição lenta, gradual e segura, até que todos saibam quem deve mandar e quem deve obedecer, segundo as "disposições e as diferenças naturais" que existem entre os seres humanos.

Mas ainda fica uma pedra — e que pedra! — no meio do caminho. O Supremo Tribunal Federal não governa nem mandata. É um órgão judiciário, que não pode ser contraposto à ANC sem esta nem aquela. Cada um dos ministros tem atrás de si uma longa carreira e, em uma situação extrema, uma responsabilidade histórica, que não pode ser ignorada levianamente. Além disso, se podem ter opiniões variáveis, individualmente, sobre as realizações da ANC, sob a entidade coletiva submetem-se a regras estritas e severas, de natureza jurídica e ética. No quadro global da comédia a que assistimos, é trágico que o STF tenha sido posto em tela sem o menor respeito pela instituição. No fundo, todos percebem que o caos imperante suscita esses lampejos finórios de rabulice. Como poder autônomo, o Judiciário deve ser reverenciado, e, se for convertido em árbitro, terá de ser segundo normas que resguardem o equilíbrio dos três poderes. Até este momento, o STF não se arrogou a tarefa de "zerar a Constituição" e de escrever um projeto constitucional alternativo. Isso só poderia ocorrer no único poder que foi atacado do mal da autoperversão e que, por conseguinte, deixou aos fâmulos o papel de governar e reservou ao governante a vocação sadomasoquista de autodestruição, a qual concentrou em suas mãos o anseio de mandar, de sobrepor o mandato à sua pessoa e às tarefas cruciais que ele deveria desempenhar à testa do Executivo.

Florestan Fernandes, deputado federal (PT-SP), é sociólogo, professor emérito da USP e docente da PUC-SP.